



DECISÃO ADMINISTRATIVA E ABERTURA DE DILIGÊNCIAS

EDITAL Nº 011/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº045/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, com fornecimento de mão de obra, para atendimento das necessidades operacionais e administrativas do SAAE de Sacramento/MG, conforme especificações do Termo de Referência.

I – RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO

Em análise às propostas de preços apresentadas no certame em epígrafe, foi identificada a necessidade de realizar diligência junto ao licitante que ofertou a proposta de menor preço, sendo a empresa ABSERVIS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA. Neste sentido, a empresa reconhece que deixou de apresentar em sua planilha de preços os valores atinentes aos custos dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Em seus esclarecimentos, aponta suposta divergência entre os itens 4.8 da minuta do contrato anexa ao edital, aportado às fls. 85 do edital, do item 9.2.1.1 do Edital, às fls. 14 com a cláusula do item 12.11 do termo de referência, localizado às fls. 112 do edital.

Entretanto, da análise das cláusulas mencionadas, verifica-se que não há qualquer divergência, sendo que as cláusulas são claras e restam devidamente motivadas e são situações diferentes aferíveis em etapas e momentos diversos. Pois bem, vejamos as cláusulas mencionadas e o que essas dispõem:

(A) Item 4.8 da minuta do contrato: “**4.8** – O objeto licitado será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses”.

(B) Item 9.2.1.1 do Edital: “**9.2.1.1** - Os preços, que devem estar dispostos em reais (R\$), com valores unitários e totais contendo no máximo 02 (duas) casas decimais, já incluídas todas as taxas instituídas por lei, impostos, seguros, fretes, bem como os ônus decorrentes de contratação de pessoal, leis trabalhistas, da Previdência Social, encargos fiscais, comerciais, e outras que direta ou indiretamente incidirem sobre a contratada”.

(C) Item 12.11 do termo de referência: “**12.11** - Considerando que a caracterização de ambientes insalubres e perigosos requer avaliação técnica, realizada por profissionais especializados, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, perícia para determinar se as condições de trabalho dos prestadores de serviços terceirizados se enquadram nos critérios estabelecidos pelas normas regulamentadoras. A avaliação deverá ser realizada por perito, com a apresentação de



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

laudo técnico que indique, caso caracterizado ambiente de periculosidade e/ou insalubridade, quais os riscos e medidas necessárias para mitigação, bem como o grau identificado (com o devido detalhamento das condições para tal caracterização), conforme o caso. Uma vez caracterizado como posto cujas características fazem jus a adicional de insalubridade e/ou periculosidade, caberá à Contratada: - A adoção das medidas de segurança que se fizerem necessárias; - Treinamento dos prestadores de serviços em relação à eventual utilização de EPI que se faça necessário, bem como para que adotem as medidas de segurança cabíveis; - Pagamento do adicional, de acordo com o grau estabelecido pelo perito em laudo técnico. - O cálculo do adicional de insalubridade deverá ser baseado no salário-mínimo ou piso salarial da categoria, de acordo com a legislação brasileira. Os percentuais serão estabelecidos de acordo com o grau de insalubridade, de 20% a 40%. - O adicional de periculosidade é fixado em 30% sobre o salário base do prestador de serviços, desconsiderando-se os acréscimos resultantes de eventuais gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa (Contratada). Este adicional não poderá ser compensado ou absorvido por outros benefícios, devendo ser pago integralmente pela Contratada ao Prestador de Serviços que a ele fizer jus. Em caso de disposição em legislação específica para o cálculo, prevalecerá a legislação específica. Fica vedado o pagamento acumulado dos dois adicionais, ainda que seja o caso, cabendo ao beneficiário a opção por um ou outro adicional, conforme considerar mais vantajoso.”.

Os dois primeiros requisitos (A) e (B), seja da minuta do contrato, seja do edital, são as cláusulas que se referem **à PROPOSTA DE PREÇOS.**

Assim, não restam dúvidas de que para fins de proposta TODOS OS CUSTOS previstos devem ser expressos na proposta.

Já o último item do termo de referência deve ser avaliado no tópico que está inserido, qual seja, item 4 do termo de referência “DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO” e a cláusula é expressa em mencionar que “para fins de pagamento” é que serão realizadas as providências ali narradas.

Vale dizer que para fins de fase de licitação de apresentação proposta não há dúvidas de que o edital expressamente exigiu a proposta com todos os encargos passíveis de incidência, sendo certo que a administração também pesquisou e cotou os preços tendo com base todos os encargos incidentes.

Ou seja, não vale dizer que o edital foi omissivo ou causou insegurança, vez que a empresa não pediu esclarecimentos, não apresentou impugnação e além disto apresentou declaração de que conhecia e concordava com as cláusulas do edital. No caso, o edital é claro no sentido de que para fins de proposta deve ser apresentado o custo total.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

Imaginar em sentido contrário leva inclusive à possibilidade de que, no ato da execução do contrato, o contratado poderá receber valores superiores ao do contrato e da sua própria proposta, o que é vedado na administração pública. Ademais, no mesmo sentido, ao autorizar que a empresa inclua tais valores posteriormente em seu preço pode levar inclusive a sua proposta final não ter sido a de menor valor, o que violaria o princípio da isonomia e da proposta mais vantajosa à administração.

Assim, em que pese as alegações e esclarecimentos prestados, certo é que não há razão de ser, já que o edital é claro que para as propostas de preço na fase de propostas todos os potenciais custos já devem estar previstos. Agora, apenas para fins de execução contratual e pagamento é que na medição do serviço somente será pago o adicional se de fato fizer jus, sob pena de enriquecimento ilícito da contratada.

Portanto, os momentos processuais de cada exigência são distintos.

Tanto é que em seus próprios esclarecimentos a empresa reconhece que:

“Item 4.8 da Minuta do Contrato (fl. 85 do edital): Este item estabelece que o preço contratado será fixo e irrevogável por 12 meses, o que pressupõe que todos os custos, inclusive as variáveis como os adicionais, já estejam previamente definidos na proposta.

Item 9.2.1.1 do Edital (fl. 14 do edital): Este dispositivo determina que a proposta comercial deve incluir todos os encargos, taxas e custos incidentes, incluindo os ônus trabalhistas. A

interpretação que se extrai é que a Administração estimou os valores do certame já contemplando tais adicionais, possivelmente com base em contratos anteriores ou médias de mercado.

Item 12.11 do Termo de Referência (fl. 112 do edital): Em contrapartida, este item transfere à empresa contratada a responsabilidade de realizar, às suas expensas, uma perícia técnica para a efetiva caracterização da insalubridade e/ou periculosidade e a consequente definição dos percentuais devidos. O texto é claro ao afirmar que o pagamento dos adicionais somente ocorrerá após a elaboração deste laudo.” (grifamos).

Ou seja, resta dizer que, de fato, como reconhece o próprio licitante, para fins de PORPOSTA, todos os custos e encargos devem estar previstos. Já para fins de PAGAMENTO (FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL) esse pagamento somente será devido com a realização do laudo.

Assim é que uma proposta que não obedeça a tais disposições não está adequada ao instrumento convocatório e merece ser desclassificada, conforme entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES À LIMPEZA DO MUNICÍPIO -



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

ATO COATOR QUE **DESCCLASSIFICOU A IMPETRANTE - PROPOSTA DE PREÇO EM DESCONFORMIDADE COM O EDITAL - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NÃO INCLUÍDO NA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS** - VIOLAÇÃO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO NÃO DEMONSTRADA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DENEGOU A SEGURANÇA - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO COMPROVADO. **Considerando que a apelante não incluiu o adicional de insalubridade no cálculo do valor a ser pago aos motoristas de caminhão e varredores, em descumprimento ao Edital,** e considerando, ainda, que não restou demonstrado que a convenção coletiva de trabalho contém previsão diversa, bem como por inexistir disposição legal que imponha à Comissão de Licitação o dever de promover diligências para eventuais esclarecimentos, **impõe-se o desprovidimento do recurso,** mantendo-se a sentença que denegou a segurança, por ausência de violação ao direito líquido e certo da impetrante, pois correta a desclassificação de sua proposta na concorrência pública 004/2018. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.081126-5/002, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/06/2020, publicação da súmula em 17/06/2020)

Em seu inteiro teor, assim fundamentou o TJMG:

“A licitação em análise possui como objeto a contratação de empresa para "prestação de serviços pertinentes à Manutenção da Limpeza Pública no Município de Ituiutaba/MG, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, veículos e materiais" (edital ordem 12/14), na qual foram habilitadas três empresas, dentre as quais a apelante, que foi posteriormente desclassificada por descumprimento às exigências constantes das alíneas 'a' e 'b' do item 4.2.3.2.2 do anexo I, do Edital, em razão de não ter sido considerado o percentual de insalubridade para composição do preço. Após regular processo administrativo, com interposição de impugnação e recurso administrativo, o apelado acolheu parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação (ordem 18/22), reconhecendo que "a licitante Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S.A., conforme comprovado através de Planilhas, não atendeu às exigências das alíneas a e b do subitem 4.2.3.2.2 do anexo 01 do Edital (Especificações Habilitatórias/Classificatórias e Contratuais)" já que, a não inclusão do adicional de insalubridade na contratação dos profissionais de motorista de caminhão e varredor impacta a composição dos preços, justificando a desclassificação.

Com efeito, verifica-se que o edital da Concorrência Pública nº. 004/2018 cuidou de exigir a inclusão na proposta de preços a ser apresentada pelas empresas licitantes de Planilha de Composição de Custos Unitários com a discriminação das despesas previstas no item 4.2.3.2.1, além de outras necessárias ao objeto da licitação, (ordem 20 - fls. 21/22), confira-se:



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

O referido Edital exigiu, ainda, em seu item 4.2.3.2.2, a adoção de percentuais de adicional de insalubridade para motoristas de caminhão e veículos de coleta e coletores de lixo:

Não obstante, pela análise da proposta financeira apresentada pela apelante, notadamente dos documentos acostados às ordens 6/9, verifica-se que os percentuais de adicional de insalubridade relativos aos motoristas de caminhão e varredores não foram incluídos na "Tabela Resumo de Despesas - Mão de Obra Operacional" e, portanto, deixaram de ser discriminados na planilha de "Composição de Preço Unitário", confira-se:

Nesse contexto, com a devida vênia, não pode prevalecer às alegações da impetrante, haja vista que além de constar expressamente no edital a necessidade de inclusão do percentual de insalubridade para os cargos de varredor e motorista de caminhão em obediência à Convenção Coletiva de Trabalho, também não foi comprovado que há previsão diversa em Convenção Coletiva de Trabalho, ônus que lhe competia e do qual não se desincumbiu a recorrente, notadamente por se tratar de mandado de segurança, em que a parte deve comprovar, de plano, o seu direito líquido e certo. Por fim, cumpre observar que a previsão contida no art. 43, §3º da Lei 8.666/93 constitui mera faculdade, inexistindo disposição legal que imponha à Comissão de Licitação o dever de promover diligências para eventuais esclarecimentos.”

Ainda, neste mesmo precedente, outros também são mencionados:

“EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - HABILITAÇÃO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI) EM CONTRARIEDADE AO EDITAL - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - ILEGALIDADE. Revela-se ilegal e abusivo o ato do Poder Público que mantém a habilitação de licitante que, na composição do preço global, deixa de apresentar no cálculo de Bonificação e Despesas Indiretas, valores distintos para materiais e equipamentos, cuja inobservância implica na desclassificação do concorrente, conforme previsão expressa no instrumento convocatório.” (TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0000.19.131599-3/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/01/2020, publicação da súmula em 31/01/2020).

EMENTA: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO EM LICITAÇÃO. COMPOSIÇÃO DO BDI. ITENS VEDADOS. ERRO MATERIAL QUE INFLUENCIA NO VALOR DA PROPOSTA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. - Não viola direito líquido e certo a decisão da comissão de licitação que desclassifica concorrente que comete erro material em composição de custos que influencia no valor de sua proposta, e, ainda, está em desacordo com as regras do edital



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

e diretrizes emanadas pelo Tribunal de Contas da União. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.15.030362-7/002, Relator(a): Des.(a) Alberto Vilas Boas, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 25/04/2017, publicação da súmula em 03/05/2017).

Importante esclarecer que a questão da inexecuibilidade das propostas licitatórias, sempre causou discussões. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 59, veio estabelecer critérios para a desclassificação dos proponentes no tocante à inexecuibilidade dos preços apresentados. Este dispositivo legal determina que serão desclassificadas as propostas que apresentem preços inexequíveis ou que não comprovem sua exequibilidade, quando assim for exigido pela Administração Pública. Vejamos:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

O inciso III do referido artigo menciona a desclassificação de propostas com preços inexequíveis ou que superem o orçamento estimado para a contratação. Na sequência, o inciso IV permite ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta antes de sua desclassificação, caso ela pareça inexequível à primeira vista, o que foi devidamente atendido por parte desta pregoeira, que abriu o feito em diligência.



Portanto, no caso em comento FOI DEVIDAMENTE ABERTA A DILIGÊNCIA, sendo certo que houve a confirmação por parte do pregoeiro de que não foram incluídos todos os custos na proposta considerada a menor proposta, sendo certo que a proposta da empresa ABSERVIS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA deve ser DESCLASSIFICADA em virtude do desatendimento do item 9.2.1.1 do edital, em razão de proposta comercial que não contempla todos os encargos, taxas e custos incidentes.

II – DA DECISÃO FINAL QUANTO À PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA ABSERVIS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA

Ante o exposto, decido pela DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da ABSERVIS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA por descumprimento do item 9.2.1.1

III – DAS DILIGÊNCIAS POSTERIORES

Considerando que as demais propostas classificadas devem também ser aferidas a sua exequibilidade e sua adequação ao edital. Neste sentido, converto o feito em diligência para determinar que todas as empresas com propostas classificadas, caso queiram prosseguir no certame, apresentem a planilha de composição de custos demonstrando-se a compatibilidade das propostas com os termos do edital, demonstrando-se ainda a sua exequibilidade.

A presente diligência encontra amparo legal no **item 12.1.6** do Edital, que estabelece: "*Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 64 da Lei nº 14.133/2021*".

O artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) dispõe que a Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ante o exposto, **DETERMINO** a realização de diligência junto ao todos os licitantes classificados supramencionado, devendo apresentar, no prazo inicial de duas horas, podendo ser prorrogado mediante solicitação no chat, por igual período, contados da intimação em sessão da presente decisão, os seguintes esclarecimentos/documentos:

1. Planilha de composição de custos com todos os encargos e custos incidentes sob o preço da mão de obra.

- O não atendimento da presente diligência no prazo estipulado poderá acarretar a desclassificação da proposta;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SACRAMENTO-MG

Autarquia Municipal criada pela Lei 51/67 de 24/11/1967

CNPJ: 24.334.872/0001-54 – Inscrição Estadual: 569.714.840-0096

Praça Cônego Hermógenes, 95 – Centro – 38190-000 Sacramento – MG

Telefone: (0xx34)3351-1422 – www.saaesac.mg.gov.br

- Os esclarecimentos prestados não poderão importar em modificação da proposta originalmente apresentada;
- A resposta deverá ser protocolizada via sistema eletrônico.

Sacramento-MG, 11 de setembro de 2025.

Mariane Rosa Moura

Pregoeira da SAAE